

1- As causas provocadoras para a organização de movimentos sociais no campo, entre as décadas de 1970 e 1980, são inúmeras. Destacaremos três pontos centrais que acreditamos serem fulcrais para uma melhor compreensão para o surgimento da luta dos trabalhadores rurais entre 1970 e 1980. Primeiramente, devemos ressaltar a desigualdade social no campo provocada pela concentração fundiária, resultado de políticas governamentais que premiavam proprietários grandes proprietários de terra em detrimento das situações mais populares. Um exemplo, pode ser encontrado na Lei da Terra d. 1850 que dificultou o acesso de terras às populações mais carenciadas e estabeleceu regras de campo para obtenção de títulos de posse sobre terras. Situação que foi agravada na Primeira República como o domínio do Estado pela elite oligárquica ligada à produção do café, bem como a outras gerações agrícolas como a açúcar, algodão, cana como de propriedades extintas da borboleta, realizada por grandes proprietários que "despossessaram" cidades como Seropédica na região da Amazônia. Num mundo dominado pelo latifúndio, desde os tempos coloniais, a proclamação da República não trouxe qualquer mudança significativa para o campo ou trabalhadores rurais, tendo em vista que o Estado era dominado pelos interesses oligárquicos dos grandes latifundiários e produtores de gêneros agrícolas para o mundo externo. Assim, o que se assistiu nos primeiros anos da República foram movimentos sociais que externalizaram as desigualdades sociais nas relações sociais agrícolas no país, com uma forte dominância política da "coronéis" sobre a trabalhadora rural. Comodó, Cinturão e o Pará foram movimentos que conseguiram bandeiras da curva social com reivindicações sociais, com algumas lutas reivindicando a criação de cidades religiosas (caso da Cinturão e de Comodó) exteriorizando a situação precária e predatória que os camponeses e trabalhadores rurais enfrentavam no Brasil. Portanto, podemos afirmar que o primeiro ponto explicativo para a existência dos movimentos rurais entre as décadas de 1970 e 1980 está no ~~desenvolvimento~~ desenho

político-sociais da um país marcado pela concentração fundiária com um Estado que foi dominado majoritariamente por uma elite oligárquica vinculada a pequeno agricultor para o mercado exportador. Assim, nada foi feito para atender o trabalhador rural nesse contexto. Um segundo ponto de análise está no fato de que diferentemente de que acabou por ocorrer com o trabalhador urbano que na década de 1930 teve suas reivindicações atendidas com a promulgação da CLT (1943) — garantindo direitos sociais e trabalhistas após longo processo de luta iniciado entre os anos de 1930 e 1940 (em geral cerca de 40) que envolveu o país — o trabalhador rural não obteve qualquer benefício social e trabalhista com a CLT, sendo excluído de tais direitos. Assim, a partir da década de 1940 o trabalhador rural passou a se organizar dando forma às Ligue Camponeses que passaram a exigir dos governos, políticas públicas de recontomaria de terras, reforma agrária e extensão das direitos trabalhistas ao campo. Tais movimentos tiveram seu ápice no inicio da década de 1960, quando o governo de Jânio Quadros incluiu entre as pautas da sua reforma de base a questão agrária; promovendo realização de grande reforma agrária no país e dando como Sinal de sua intenção a despropriedade de terras federais para o assentamento das pequenas propriedades. No entanto, o golpe civil-militar de 1964 limitou a ampliação de direitos ao trabalhador rural, bem como retirou da pauta política qualquer medida de reforma agrária, além da repressão violenta dos movimentos sociais que buscavam garantir políticas públicas ao trabalhador rural. Foi apenas na década de 1980, com o processo de democratização que o trabalhador rural conseguiu se reuniir novamente e apresentar novamente pautas a fim de garantir ações públicas para a proteção da pequena propriedade, de impostos e da reforma agrária. Daí, a fundação do MST (Movimento dos Sem Terra) que trouxe para o debate político de 1980 a agenda necessária da reforma agrária e autonomia do trabalhador rural contra os interesses dos latifundiários, buscando garantir a independência política res-



-nâmin da trabalhador rural, chegando assim ao terceiro ponto da nossa análise; pois foi através da MST que o trabalhador rural passou a ter maior espírito - mesmo com a resistência de agroindústria - a punhos públicos do direito a ~~terras~~ terras ou pequeno módulo produtivo; sendo importante instrumento de resistência a aquelas repressivas das representações latifundiárias no Brasil.

2- As relações desenvolvidas no interior do Império Ultramarino Português entre os Séculos XVI e XVIII são tema de acalorado debate na historiografia brasileira. Neste sentido, podemos afirmar a existência de duas correntes interpretativas sobre essa temática. Na primeira, citam historiadores como Fernando Novais que afirmam que ao longo dos Séculos XVI e XVIII houve similitude entre o Brasil e Portugal o que ele nomeou de "Antigo Sistema Colonial". N.º, a Colônia estava inserida num processo de forte controle e domínio exercido por seu metropolitano, ~~segundo~~ com o seu desenvolvimento respondendo à sua escutivamente no interesse metropolitano, tendo o Poder colonial (potência mercantilista) que criava um ~~lugar~~ lugar de depósito e domínio das metrópoles. Sobre suas críticas o Século do Funcionamento desse "Sistema". Assim, as relações no Interior do Império português eram marcadas pelo submissão das intenções locais (colonial) aos interesses das autoridades régias. Todavia, outra linha interpretativa ~~contraria~~ contesta a interpretação analítica de Novais e seus defensores. Nesta, historiadores como Fernanda Bicalho, José Fragoso, Mano Fernandes Martins entre outros defendem a transversalização das relações. Saindo da Europa absolutista para o mundo atlântico, tendo no Brasil se configurado o que esses historiadores nomearam de "Antigo Regime no Reino". Neste modelo, no Brasil se estabeleceu uma "nobreza da terra" que a partir dos conceitos de conquista e apropriação do território brasileiro renunciou para si, direitos e mercis junto a Corte portuguesa desmoldando uma relação de "autoridades nazi-

"ciadas" perante a metrópole; isto é, ajudaram a consolidar a dominação e o controllo da Coroa portuguesa sobre os territórios do Brasil, apresentando-se como fiéis vassalos de Sua Majestade Fidelíssima em troca de recompensas e obtiveram títulos e marcos pelo serviço prestado pelas "costas e Fazendas". Assim, esses homens formaram uma élite local ou "pluricontinental", no termo de Leandro Klemke, no qual ocupavam os "vazios de poder" deixados pelo poder metropolitano na Colônia ajudando a se consolidarem como homens de enverga poder e influência dentro das relações sociais estabelecidas na colônia, misturando interesses públicos com interesses privados. De acordo com José Fragoso essas relações Sociais desenrolavam-se entre a élite colonial brasileira e os antecedentes metropolitanos também eram encontrados em outras partes do Império Ultramarino Português, explicitando assim que o Poder Colonial não era excludente com o respeito e força exercida por Fernando Noronha e seu "Sistema Edifício". Para Fragoso, o tráfego transatlântico de escravos africanos expõe a mobilidade e flexibilidade do referido poder, as possibilidades e formação de uma élite mercantil no Rio de Janeiro mais particular econometricamente àqueles representantes europeus. Porque quando questionado pelo historiador português Jorge Pedroso que distinção que as principais casas mercantis apontadas por Fragoso tinham sua sede em Lisboa.

De qualquer forma, os defensores da linha interpretativa de "Antigo Regime nos trópicos" possivelmente citavam que expõem o complexo funcionamento das relações mercantis no Império Português, como exposto por Fábio Resende e a identificação das relações intra, trans e extra-imperial. As duas primeiras realizadas por agentes de hegemonia do império de Portugal (ex. Brasil-Bruxelas, Portugal). As relações intra e trans imperiais ajudaram a compreender o poderio das élites mercantis espalhadas por todo o Império português, enquanto que a última refugia o quanto que o contexto "duro" do Poder Colonial não conseguiu contar da dinâmica económica no mundo atlântico entre os séculos XVI e XVIII.

3- Algumas Sugestões de atividades pedagógicas para a abordagem bresiliana sobre o tema: "Cultura e monumentos Sociais no Brasil entre os anos de 1945- 1964".

Exemplo 1: A produção musical da Bossa Nova e o governo de JK. Nesta atividade, o professor deve buscar apresentar para seus alunos como o governo de JK se apropriou da Bossa Nova para anunciar ao programa desenvolvimentista de seu governo. Tudo porque, as letras das músicas que estiveram circulando no momento não retratavam questões sociais; mas sim contavam as belas naturalidades ou abordavam enações românticas. Assim, ao fazermos muito sucesso nas classes médias brasileiras e no exterior, ajudaram a alavancar o discurso do progresso e do Social do Brasil no programa desenvolvimentista de JK.

Exemplo 2: Cinema Novo e Teatro de Arara como antípodas do "progresso" dos anos de 1945 a 1964.

O professor deve apresentar e contextualizar ambos os movimentos culturais, além de discutir os principais pontos tratados por seus intituidores. O docente deve refletir a premissa que ambos os movimentos tentam em retratar as mudanças Sociais pelas quais o país atravessava na época. Outro ponto é pedir para que os alunos pesquisem como tais movimentos foram recebidos pelas autoridades governamentais, assim como pelas classes médias brasileiras. Ao final dessa etapa, o professor deve expor o antagonismo da "Bossa Nova" e do "Teatro de Arara" e o "Cinema Novo", pressentando apontar as diferenças entre as representações artísticas, assim como apontar a identificação as contradições políticas e sociais do período em questão (1945-1964). Fazendo com que os discentes percebam as diferentes apropriações <sup>políticas</sup> a produção cultural pode ter Sobre.